

**CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015**

**CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.**

**Demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015**

**Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores e Acionistas da  
**Concessionária SPMAR S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária SPMAR S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial do semestre findo em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

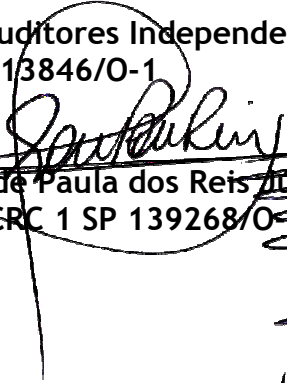
### Opinião sobre as demonstrações contábeis


Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 30 de julho de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
~~Francisco de Paula dos Reis Junior~~  
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

  
Estefan George Haddad  
Contador CRC 1 DF 008320/O-5 - S - SP

# CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2015	31/12/2014		Nota	30/06/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	64.190	50.379	Empréstimos e financiamentos	12	160.395	23.499
Contas a receber	6	19.255	21.085	Fornecedores e outras contas a pagar	13	150.326	127.867
Despesas antecipadas		6.875	1.298	Obrigações trabalhistas e encargos sociais		17.197	14.417
Impostos a recuperar		340	4.688	Obrigações fiscais	14	22.315	21.213
Adiantamento a fornecedores	8	413	469	Provisão para manutenção	15	3.515	2.080
Outras contas a receber		108	107			<b>353.748</b>	<b>189.076</b>
		<b>91.181</b>	<b>78.026</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Empréstimos e financiamentos</b>			
Depósitos judiciais		994	603	Provisão para manutenção	15	2.200.395	2.148.695
Ativos fiscais diferidos	9	73.018	48.110	Provisão para contingência	16	32.892	27.908
		<b>74.012</b>	<b>48.713</b>	Provisão para contingência	16	3.072	703
				Obrigações fiscais	14	3.643	1.166
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	7	71.288	41.288
						<b>2.311.290</b>	<b>2.219.760</b>
<b>Permanente</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	10	16.788	18.715	Capital social	17	1.439.261	1.409.261
Intangível	11	3.675.113	3.518.507	Prejuízos acumulados		(247.205)	(154.136)
		<b>3.691.901</b>	<b>3.537.222</b>			<b>1.192.056</b>	<b>1.255.125</b>
		<b>3.765.913</b>	<b>3.585.935</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>3.857.094</b>	<b>3.663.961</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.857.094</b>	<b>3.663.961</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

## Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Receitas	18	246.127	614.991
Custos dos serviços prestados	19	(218.459)	(572.362)
Lucro bruto		<u>27.668</u>	<u>42.629</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(16.878)	(5.238)
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		<u>10.790</u>	<u>37.391</u>
Resultado financeiro	20	(128.767)	(84.751)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	9	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	24.908	16.251
Prejuízo do período		<u>(93.069)</u>	<u>(31.109)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
Prejuízo do período	(93.069)	(31.109)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(93.069)</u>	<u>(31.109)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	
	Subscrito	a integralizar			social
Saldos em 01 de janeiro de 2014	882.595	(16.805)	865.790	(59.611)	806.179
Prejuízo do período	-	-	-	(31.109)	(31.109)
Saldos em 30 de junho de 2014	882.595	(16.805)	865.790	(90.720)	775.070
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.415.031	(5.770)	1.409.261	(154.136)	1.255.125
Aumento de capital por subscrição de ações conforme AGE de 09 de janeiro de 2015	30.000	-	30.000	-	30.000
Prejuízo do período	-	-	-	(93.069)	(93.069)
Saldos em 30 de junho de 2015	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(247.205)	1.192.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



# CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo do período	(93.069)	(31.109)
<b>Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	6.247	6.168
Provisão para manutenção	7.050	1.404
Provisão para contingência	2.369	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	120.009	85.511
Ajuste a valor presente	(631)	(151)
Impostos diferidos	(24.908)	(16.251)
	<u>17.067</u>	<u>45.572</u>
Contas a receber	1.830	(1.976)
Impostos a recuperar	4.348	(149)
Despesas antecipadas	(5.577)	534
Adiantamento a fornecedores	56	896
Outros recebíveis	(1)	70
Depósitos judiciais	(391)	(346)
Fornecedores e outras contas a pagar	22.459	62.078
Obrigações trabalhistas e sociais	2.780	4.826
Obrigações fiscais	3.579	6.466
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<u>46.150</u>	<u>117.971</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Imobilizado	1.644	(99)
Aplicações financeiras	-	11.105
Intangível	(162.570)	(540.274)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<u>(160.926)</u>	<u>(529.268)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades financeiras</b>		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	30.000	36.082
Aquisição de empréstimos e financiamentos	104.299	308.644
Pagamento de juros e principal debêntures	-	-
Pagamento de juros e principal empréstimos	(35.712)	(39.953)
Integralização de capital	30.000	-
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras</b>	<u>128.587</u>	<u>304.773</u>
<b>Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>13.811</u>	<u>(106.524)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.379	108.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	64.190	2.061
<b>Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>13.811</u>	<u>(106.524)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

### 1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da Assembleia Geral de Transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da Ata da Assembleia Geral Extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A., possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR é uma Companhia do Grupo Heber, que tem como objeto social a exploração sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel “Mário Covas”. A Companhia é responsável pela Administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel - “Mário Covas” foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R\$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

#### Trechos da concessão

##### Rodoanel - Trecho Sul

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá - SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste - interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

##### Rodoanel - Trecho Leste

O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquetuba e Arujá.

### **Bens reversíveis**

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

## **2. Base de preparação**

### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

### **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

### **Uso de estimativa e julgamento**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**  
**Em 30 de junho de 2015**  
**(Em milhares Reais)**

---

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 10 - Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 11 - Intangível;
- Nota Explicativa nº 9 - Ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota Explicativa nº 15 - Provisão para manutenção.

### **3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### **Apresentação das demonstrações contábeis**

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 30 de julho de 2015.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, assim os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### **Principais práticas contábeis adotadas**

##### **a. Instrumentos financeiros**

###### **i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia possui o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem como ativos financeiros não derivativos os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, os empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

**ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação o seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

**iii. Empréstimos e recebíveis**

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Vide Nota Explicativa nº 3 (e).

Os empréstimos e os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

**iv. Custos de Empréstimos (CPC 20 - R1) e Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários (CPC 08 - R1)**

A Companhia optou por não adotar os procedimentos de capitalizar os custos dos empréstimos e os custos de transações, pois o Grupo Heber tem o procedimento de trabalhar com caixa único, assim, não possuindo contratos de empréstimos “carimbados”.

**v. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Eventuais limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia, quando existentes, são incluídos como um componente de caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

**vi. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

**b. Capital social**

**Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 17.

**Ações preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia.

**c. Imobilizado**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

**Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil</u>
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Intangível**

**Contratos de concessão**

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

**Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

**Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Vida útil
Intangível em rodovia	35 anos

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

**f. Benefícios a empregados**

**Plano de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### Provisão de manutenção - Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do Contrato de Concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

## h. Receitas

### Contratos de Concessão

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de Contratos de Concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no Contrato de Concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

#### **i. Receita financeira e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

#### **j. Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**k. Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**I. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)**

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 7,44% a.a;
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de Ajuste a Valor Presente (AVP) devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

**3.1. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável às demonstrações contábeis:**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro 2015. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis;
- IFRS 9 e IFRS 7 - Data mandatória efetiva e divulgações de transição. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção de 01 janeiro de 2013 para 01 de janeiro de 2015. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados à divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados à reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

- IAS 1 - “Apresentação das demonstrações financeiras” - em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 14 - Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 11 - “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis;
- IAS 16 e IAS 38 - “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

- IFRS 15 - “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 - “Receitas” e a IAS 11 - “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IAS 16 e IAS 41 - em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS 41 - Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou aporte de ativos entre uma investidora e sua empresa associada ou entidade de Controle Compartilhado. Determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle compartilhado. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis;
- IAS 27 - “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis;
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Exceções de consolidação em entidades de investimento. Aborda os requerimentos de divulgação de demonstrações contábeis para entidades de investimento. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um Contrato de Concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um Contrato de Concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2015	31/12/2014
Caixa	1	1
Banco conta movimento	200	550
Numerário em transito (a)	22	3
Fundo de troco (b)	973	989
Aplicações financeiras (c)	62.994	48.836
	<u>64.190</u>	<u>50.379</u>

- (a) Numerários em trânsito representam as arrecadações em papel moeda durante os últimos dias do mês que não foram depositadas em tempo hábil em contas correntes da Companhia. Estes montantes são depositados em média de dois a três dias após o recebimento;

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

- (b) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;
- (c) Aplicações financeiras junto ao Banco Pactual S.A. remunerada a 100% da variação do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

#### 6. Contas a receber

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Títulos a receber	1.730	1.707
Cupons de pedágio a receber	960	781
Pedágio eletrônico a receber	16.565	18.597
	<u>19.255</u>	<u>21.085</u>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2015, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente (AVP) dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 30 de junho de 2015, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 23.

#### 7. Partes relacionadas

##### Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a controladora final é a Heber Participações S.A.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

#### Operações com pessoal-chave da Administração

#### Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Concessionária SPMAR S.A. remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários, ordenados e pró-labore	748	1.780
Vale-refeição	26	44
	<u>774</u>	<u>1.824</u>

#### Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Vale-refeição	1.325	1.981
Assistência médica	1.000	1.312
Vale-transporte	167	378
Outros	58	72
	<u>2.550</u>	<u>3.743</u>

#### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
<b>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</b>						
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	-	-	71.288	41.288	-	-
	-	-	<b>71.288</b>	<b>41.288</b>	-	-
<b>Fornecedores</b>						
Contern Construções e Comércio Ltda. (a)	-	-	52.045	-	-	-
CSCL Assessoria Empresarial Ltda. (b)	-	-	45	-	-	-
JN Serviços de Apoio Administrativo Ltda. (b)	-	-	495	-	-	-
	-	-	<b>52.585</b>	-	-	-
<b>Despesas administrativas</b>						
CSCL Assessoria Empresarial Ltda. (b)	-	-	-	-	63	-
JN Serviços de Apoio Administrativo Ltda. (b)	-	-	-	-	1.074	2.184
	-	-	-	-	<b>1.137</b>	<b>2.184</b>

- (a) O saldo de fornecedores, é de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel. Com a finalização das obras, todo o saldo de adiantamentos foi zerado, ficando o saldo remanescente a pagar;
- (b) Os valores pagos a CSCL Assessoria Empresarial Ltda. e JN Serviços de Apoio Admonistrativo Ltda. referem-se a serviços de assessoria administrativa contratados.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

#### 8. Adiantamento a fornecedores

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Adiantamento viagem	3	60
Adiantamento a empregados	81	4
Adiantamento fornecedores nacionais	329	405
	<u>413</u>	<u>469</u>

#### 9. Ativos e passivos fiscais diferidos

##### Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Resultado do exercício antes dos impostos</b>	(117.976)	(115.477)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal	(40.112)	(39.262)
<b>Ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
Diferenças temporárias	2.493	1.356
Diferenças permanentes	3	28
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-
<b>Prejuízo fiscal e base negativa</b>	<u>(37.616)</u>	<u>(37.878)</u>
Imposto correntes	-	-
Imposto diferido	24.908	20.952
Alíquota efetiva de impostos	- %	- %

##### Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisões diversas	1.045	239	-	-	806	101
Provisão para manutenção (a)	13.899	12.152	-	-	1.747	2.658
Amortização - ICPC01 (b)	728	591	-	-	137	(10.843)
AVP Provisão de manutenção (c)	-	-	(1.559)	(1.698)	139	1
Depreciações - ICPC01 (d)	-	-	(1.372)	(1.115)	(257)	12.501
Prejuízo fiscal e base negativa (e)	60.277	37.941	-	-	22.336	16.534
<b>Total de impostos diferidos</b>	<u>75.949</u>	<u>50.923</u>	<u>(2.931)</u>	<u>(2.813)</u>	<u>24.908</u>	<u>20.952</u>

- (a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;
- (b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

- (c) O Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;
- (d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;
- (e) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### 10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2015 líquido	31/12/2014 líquido
Imobilizado da Administração	10% a 20%-	18.688	(1.900)	16.788	18.715
		<b>18.688</b>	<b>(1.900)</b>	<b>16.788</b>	<b>18.715</b>

#### Movimentação do custo

	01/01/2014	Adição	31/12/2014	Adição/baixa	30/06/2015
Imobilizado da Administração	3.104	17.228	20.332	(1.644)	18.688
	<b>3.104</b>	<b>17.228</b>	<b>20.332</b>	<b>(1.644)</b>	<b>18.688</b>

#### Movimentação da depreciação acumulada

	01/01/2014	Adição	31/12/2014	Adição	30/06/2015
Imobilizado da Administração	(1.062)	(555)	(1.617)	(283)	(1.900)
	<b>(1.062)</b>	<b>(555)</b>	<b>(1.617)</b>	<b>(283)</b>	<b>(1.900)</b>

#### 11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2015 líquido	31/12/2014 líquido
Intangível de construção	2,86%	3.331.188	(1.623)	3.329.565	3.168.072
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(48.200)	341.108	346.670
Software	2,86%	4.959	(519)	4.440	3.765
		<b>3.725.455</b>	<b>(50.342)</b>	<b>3.675.113</b>	<b>3.518.507</b>

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

#### Movimentação do custo

	<u>01/01/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>30/06/2015</u>
Intangível de construção	2.506.789	662.611	3.169.400	161.788	3.331.188
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	3.962	215	4.177	782	4.959
	<u>2.900.059</u>	<u>662.826</u>	<u>3.562.885</u>	<u>162.570</u>	<u>3.725.455</u>

#### Movimentação da amortização acumulada

	<u>01/01/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adição</u>	<u>30/06/2015</u>
Intangível de construção	(824)	(504)	(1.328)	(295)	(1.623)
Intangível de outorga	(31.515)	(11.123)	(42.638)	(5.562)	(48.200)
Software	(230)	(182)	(412)	(107)	(519)
	<u>(32.569)</u>	<u>(11.809)</u>	<u>(44.378)</u>	<u>(5.964)</u>	<u>(50.342)</u>

A Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

## 12. Empréstimos e financiamentos

		<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Bicbanco		725	2.257
Caixa Econômica Federal		2.360.065	2.169.937
		<u>2.360.790</u>	<u>2.172.194</u>
		<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Capital de giro	CDI + 0,80% a.m.	725	2.257
Repasso BNDES	TJLP + 3,55% a.a. a 4,55% a.a.	1.760.484	1.682.571
FINISA	CDI + 3,50% a.a.	406.079	379.448
FINISA	CDI a 138%	193.502	107.918
		<u>2.360.790</u>	<u>2.172.194</u>
Circulante		160.395	23.499
Não circulante		2.200.395	2.148.695

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

Abertura dos pagamentos dos empréstimos de longo prazo:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	56.214	76.850
2017	126.019	119.579
2018	167.273	160.625
2019	178.124	171.411
2020	178.124	171.411
2021	178.124	171.411
2022	178.124	171.411
2023	178.124	171.411
2024	178.124	157.176
2025 (+)	782.145	777.410
	<u><u>2.200.395</u></u>	<u><u>2.148.695</u></u>

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que entre si celebram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A., com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. - Túneis, Terraplenagens e Pavimentações, realizada em 15 de março de 2013.

O total dos créditos foi de R\$ 1.528.225.542,52, sendo liberados de acordo com os subcréditos a seguir:

- **Subcrédito "A":** R\$ 183.992.700,76 (cento e oitenta e três milhões, novecentos e noventa e dois mil, setecentos Reais e setenta e seis centavos);
- **Subcrédito "B":** R\$ 78.854.014,61 (setenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatorze Reais e sessenta e um centavo);
- **Subcrédito "C":** R\$ 259.716.247,75 (duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete Reais e setenta e cinco centavos);
- **Subcrédito "D":** R\$ 111.306.963,32 (cento e onze milhões, trezentos e seis mil, novecentos e sessenta e três Reais e trinta e dois centavos);
- **Subcrédito "E":** R\$ 362.727.899,05 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e nove Reais e cinco centavos);
- **Subcrédito "F":** R\$ 155.454.813,88 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e treze Reais e oitenta e oito centavos);
- **Subcrédito "G":** R\$ 81.037.439,98 (oitenta e um milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove Reais e noventa e oito centavos);
- **Subcrédito "H":** R\$ 34.730.331,42 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e trinta e um Reais e quarenta e dois centavos);
- **Subcrédito "I":** R\$ 176.934.802,83 (cento e setenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dois Reais e oitenta e três centavos);



## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

- Subcrédito "J": R\$ 75.829.201,21 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e um Reais e vinte e um centavo);
- Subcrédito "K": R\$ 7.641.127,71 (sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, cento e vinte e sete Reais e setenta e um centavo).

O financiamento, de acordo com as normas específicas da CEF, com as disposições do BNDES e com as características do projeto, obedecerá aos seguintes prazos:

a) **Utilização dos recursos:** o prazo para utilização dos recursos colocados à disposição da BENEFICIÁRIA é de:

- Subcréditos "A" e "B": até 15 de março de 2015;
- Subcréditos "C" a "F": até 15 de março de 2016;
- Subcréditos "G" a "K": até 15 de março de 2017.

b) **Carência:** o prazo de carência será conforme cronograma a seguir:

- Subcréditos "A" e "B": até 15 de março de 2015;
- Subcréditos "C" a "F": até 15 de março de 2016;
- Subcréditos "G" a "K": até 15 de março de 2017.

c) **Amortização:** o principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao Agente Financeiro conforme a seguir:

- Em relação aos Subcréditos "A" e "B": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2015;
- Em relação aos Subcréditos "C" a "F": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2016;
- Em relação aos Subcréditos "G" a "K": em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas, apuradas de acordo com a fórmula descrita no parágrafo primeiro abaixo, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2017.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

Os juros incidentes sobre os subcréditos "A", "C", "E", "G" e "I", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Para os subcréditos "B", "D", "F", "H" e "J", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 3,55% (três inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% (um por cento) ao ano (custo de captação previsto no inciso II do parágrafo quinto do artigo 1º da Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, com redação dada pela Medida Provisória nº 462, de 14 de maio de 2009 ("MP nº 453 e MP nº 462")). Para o Subcrédito "K", sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA incidirão juros de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração) ao ano, a título de remuneração, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste CONTRATO, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias:

- **Garantias Reais - alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da BENEFICIÁRIA, detidas pela INFRA BERTIN e TONIOLO, bem como todas as ações derivadas das ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários) e o direito de subscrição de novas ações representativas do capital da BENEFICIÁRIA, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação das ACIONISTAS na BENEFICIÁRIA, sejam elas atualmente ou no futuro detidas pelas ACIONISTAS (em conjunto, as "AÇÕES ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE"), e os direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, ou a serem creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, por qualquer razão, às ACIONISTAS em relação às AÇÕES ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às AÇÕES ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital, nos termos do CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

ii) cessão fiduciária, pela BENEFICIÁRIA, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da CONCESSÃO e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da concessão objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO (“DIREITOS CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE”), incluindo (i) todos os direitos creditórios a que a BENEFICIÁRIA tem direito nos termos do edital e do CONTRATO DE CONCESSÃO, presentes e futuros, decorrentes da exploração, operação e conservação do PROJETO pela BENEFICIÁRIA; (ii) todos os créditos e recebíveis decorrentes da cobrança de pedágio, direitos e garantias, bem como quaisquer outras receitas decorrentes dos DIREITOS CEDIDOS FIDUCIARIAMENTE, incluindo aqueles gerados da exploração da cobrança de pedágio objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO e demais contratos firmados pela BENEFICIÁRIA; (iii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos nos itens (i) e (ii) acima; (iv) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo PODER CONCEDENTE à BENEFICIÁRIA, em caso de extinção, revogação ou modificação da CONCESSÃO; (v) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO, que possam, nos termos da legislação aplicável, ser objeto de cessão fiduciária; e (vi) todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA sobre a totalidade de valores a serem depositados e mantidos nas CONTAS DO PROJETO, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.

- FIANÇA - As INTERVENIENTES ANUENTES - FIADORAS, CIBE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., CONTERN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA., HEBER PARTICIPAÇÕES S.A., citadas no preâmbulo deste CONTRATO (i) aceitam o presente CONTRATO na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do CÓDIGO CIVIL, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA, neste CONTRATO, até final liquidação deste CONTRATO; e (ii) declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da BENEFICIÁRIA oriundo deste CONTRATO, e em conformidade com o artigo 818 do CÓDIGO CIVIL;
- Contrato suporte de Acionistas - As ACIONISTAS celebrarão contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

- SEGUROS - A BENEFICIÁRIA contratará seguros nas modalidades Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil, Seguro Garantia - Funções de Ampliação e Seguro Garantia - Funções Operacionais.

Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste CONTRATO, no CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA e nos CONTRATOS DE GARANTIA, a BENEFICIÁRIA obriga-se para com o AGENTE FINANCEIRO a:

- (i) Aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do PROJETO de acordo com o “Quadro de Usos e Fontes” constante no Anexo I ao presente CONTRATO, comunicando à CAIXA, imediatamente e por escrito, quaisquer irregularidades que venha a identificar;
- (ii) Aportar os recursos próprios previstos para a execução do PROJETO, nos montantes e prazos definidos no “Quadro de Usos e Fontes” constante no Anexo I ao presente CONTRATO, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do PROJETO;
- (iii) Comunicar prontamente ao AGENTE FINANCEIRO qualquer ocorrência que importe modificação do PROJETO ou do “Quadro de Usos e Fontes” constante no Anexo I ao presente CONTRATO, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
- (iv) Adotar, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo PROJETO;
- (v) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência deste CONTRATO;
- (vi) Apresentar ao AGENTE FINANCEIRO, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito, a Licença de Operação, oficialmente publicada, do PROJETO, expedida pelo órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio-Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- (vii) Manter a relação garantias reais/colaboração financeira no nível de, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento);
- (viii) Na hipótese de ocorrer, em função do PROJETO, redução do seu quadro de pessoal durante o período de vigência deste CONTRATO, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao AGENTE FINANCEIRO, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competentes(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

- (ix) Observar, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de necessidades especiais;
- (x) Comunicar ao AGENTE FINANCEIRO, na data do evento, o nome e o CPF/MF da pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);
- (xi) Manter, a partir do exercício de 2015, inclusive, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)  $\geq 1,2$  (um inteiro e dois décimos), calculado com base nas demonstrações de resultados da BENEFICIÁRIA, auditadas a cada ano;
- (xii) Durante todo o financiamento objeto deste CONTRATO, manter a relação mínima de 20% (vinte por cento) entre Patrimônio Líquido e Ativo Total;
- (xiii) Manter, durante todo o financiamento objeto deste CONTRATO, índice “Dívida Líquida/EBITDA”, em valores não superiores aos constantes da tabela a seguir:

2017	2018	2019	2020	2021 até o final da concessão
10,00	8,00	7,00	6,00	4,00

Entende-se como Dívida Líquida a soma de todos os empréstimos de curto prazo e de longo prazo, incluindo mútuos em condições de mercado, deduzido das disponibilidades e aplicações financeiras.

Para cálculo do EBITDA considera-se, com base nas Demonstrações contábeis no final de cada exercício, o seguinte cálculo: Lucro Líquido, (+) Imposto de Renda e Contribuição Social, (+) Encargos Financeiros (Despesas Financeiras), (+) Provisão para Manutenção e Conserva Especial, (+) Amortização e Depreciação, (+) Despesa não Caixa, (-) Receita não Caixa.

- (xiv) Formalizar com a CAIXA o CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA, nas condições abaixo, e caso tal financiamento não seja contratado, realizar aportes, em dinheiro, nos mesmos valores e prazos:

Valor Máximo (mil) - Prazo para Captação    Custo Máximo - Prazo Mínimo  
de Carência - Prazo Mínimo de Amortização  
R\$ 240.000 - A partir de jan/2013  
CDI + 3,5% a.a. - 5 anos - 8 anos  
R\$ 100.000 - A partir de mar./2013  
CDI + 3,5% a.a. - 5 anos - 10 anos  
R\$ 25.000 - A partir de jan./2014  
CDI + 3,5% a.a. - 4 anos - 8 anos

- (xv) Apresentar, no prazo de 12 meses contados da data da assinatura deste CONTRATO, o(s) projeto(s) social(is) a ser(em) financiado(s) com os recursos decorrentes do Subcrédito “K”;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

- (xvi) Comprovar a conclusão das escavações e da ligação das duas extremidades do Túnel Santa Luzia até 31/03/2013, com extensão total de 2,2 km, e concluir até 31/07/2013 o Centro de Controle de Operações (“CCO”), sendo que os prazos previstos neste item poderão, a critério do da CAIXA e do BNDES, ser prorrogados por mais seis meses;
- (xvii) Não contrair dívidas adicionais às contraídas com a CAIXA no âmbito dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, em valor, individual ou agregado, acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem prévia e expressa anuência da CAIXA e do BNDES;
- (xviii) Liquidar integralmente a PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES até 31 de março de 2013;
- (xix) Sem prévia e expressa anuência da CAIXA e do BNDES, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, ultrapasse o mínimo legal.
- (xx) Durante todo o período do financiamento objeto deste CONTRATO, não realizar, sem prévio consentimento da CAIXA e do BNDES, (i) alteração de seu objeto social; (ii) concessão de mútuos a suas ACIONISTAS ou a partes relacionadas de suas ACIONISTAS, exceto ao adiantamento de recursos para a CONTERN, conforme disposto no Contrato de Prestação de Serviços por Empreitada nº 002/211, firmado entre a BENEFICIÁRIA e a CONTERN em 21 de fevereiro de 2011, por meio do qual a CONTERN assume a responsabilidade de construção sob regime de empreitada das obras civis do Trecho Leste do Rodoanel; (iii) redução de capital social; (iv) estorno e devolução de recursos contabilizados no Patrimônio Líquido sob a rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC); (v) prestação de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros, exceto pelas garantias prestadas no âmbito da linha de crédito da FINANCIAMENTO FINISA e pelas garantias prestadas no âmbito da PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, sendo que essas últimas serão liberadas e posteriormente constituídas em favor da CAIXA como condição para utilização da primeira parcela do financiamento objeto deste CONTRATO, nos termos da Cláusula Sétima, item (a) (ii); (vi) transferência de ativos a terceiros, salvo quando se tratar de bens comprovadamente inservíveis ou obsoletos; (vii) alienação de bens essenciais à operação, sem que ocorra sua reposição/substituição por novos de idêntica finalidade; e (viii) constituição, em favor de terceiros, de garantias ligadas aos recebíveis do PROJETO, com exceção à linha de crédito da FINANCIAMENTO FINISA e das garantias prestadas no âmbito da PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, sendo que essas últimas serão liberadas e posteriormente constituídas em favor da CAIXA como condição para utilização da primeira parcela do financiamento objeto deste CONTRATO, nos termos da Cláusula Sétima, item (a) (ii);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

- (xxi) Durante todo o período do financiamento objeto deste CONTRATO, manter-se regular com o pacote de seguros exigido no CONTRATO DE CONCESSÃO, mediante o envio, a cada 6 (seis) meses, de relatório contendo a listagem de todas as notificações de irregularidades emitidas pela ARTESP, bem como informações sobre decisões administrativas proferidas em última ou única instância que hajam imposto à BENEFICIÁRIA alguma penalidade, como, por exemplo, mas sem limitação, advertências, cobrança de multas, etc.;
- (xxii) Amortizar os saldos da dívida oriundo deste CONTRATO;
- (xxiii) Apresentar as informações relacionadas a seguir: (i) balancete trimestral não auditado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do final do trimestre, acompanhado de relatório de desempenho operacional e financeiro, com dados mensais, cujo modelo será fornecido pela CAIXA; (ii) balanço semestral auditado por empresa de auditoria autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do final do semestre, acompanhado do Fluxo de Caixa Realizado/Projetado para todo período deste CONTRATO, devidamente atualizado; e (iii) até o dia 30 de abril de cada ano, os demonstrativos financeiros auditados por empresa de auditoria autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, acompanhados do relatório de auditoria dos contratos de financiamento/projeto atestando o cumprimento das obrigações;
- (xxiv) Apresentar, sempre que solicitado pela CAIXA, informações complementares às documentações supramencionadas, inclusive para a atualização do Conceito de Risco de Crédito da BENEFICIÁRIA, das ACIONISTAS, das FIADORAS e dos FINANCIAMENTOS;
- (xxv) Apresentar cópia de todos os contratos referentes aos serviços, obras e aquisições de materiais e equipamentos, contemplados com recursos do financiamento, sempre que solicitada pela CAIXA, condicionados os desembolsos das parcelas à aceitação prévia dessa documentação pelas duas instituições financiadoras;
- (xxvi) Manter e cumprir com, durante todo o período de vigência deste CONTRATO, os CONTRATOS DE GARANTIA;
- (xxvii) Manter em vigor, durante o prazo de vigência deste CONTRATO, os CONTRATOS DE SEGURO, conforme previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO, consignando cláusula especial em favor da CAIXA, nas apólices de seguros em que tal cláusula é permitida, com o seguinte teor: “Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante à presente Cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência da Caixa Econômica Federal, na qualidade de credor, à qual será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro”, apresentando à CAIXA, sempre que solicitado, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas aos seguros;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 30 de junho de 2015  
(Em milhares Reais)

---

- (xxviii) Manter, durante a vigência deste CONTRATO, seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) e franquia de 10 dias;
- (xxix) Apresentar à CAIXA, sempre que esta assim o solicitar, todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações relativas aos seguros do PROJETO, inclusive cópia da(s) respectiva(s) apólice(s) e do(s) comprovante(s) de pagamento do(s) prêmio(s) devido(s);
- (xxx) Manter, durante a vigência deste CONTRATO, seguro garantia, funções de ampliação, que garanta o pontual e exato cumprimento das obrigações contratuais referentes às funções de ampliação assumidas pela BENEFICIÁRIA conforme item 24.1.2 do edital da CONCESSÃO, incluindo obras no Trecho Sul e construção do Trecho Leste, em valores determinados pela ARTESP, atualmente fixado em R\$346.541.928,64 (trezentos e quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos);
- (xxxi) Depositar todos os recursos provenientes de seus direitos creditórios decorrentes da CONCESSÃO, exclusivamente, conforme o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e o CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS;
- (xxxii) Comprovar a renovação das apólices de seguros, de acordo com a respectiva periodicidade, apresentando à CAIXA: (i) até 30 (trinta) dias antes da data de vencimento de cada apólice de seguro, a proposta de renovação encaminhada à companhia seguradora; e (ii) até 5 (cinco) dias após data de vencimento de cada apólice de seguro, a renovação do seguro;
- (xxxiii) Comprovar a constituição e o preenchimento da CONTA RESERVA até o início da amortização do principal da dívida objeto deste CONTRATO e do CONTRATO DE FINANCIAMENTO FINISA, na qual deverá ser acumulado saldo equivalente ao valor de, no mínimo, 3 (três) vezes (i) a última parcela vencida de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO; e (ii) no caso da primeira parcela, a primeira parcela vincenda de prestação mensal do serviço da dívida, incluindo principal, juros e demais acessórios da dívida dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;
- (xxxiv) Não onerar o PROJETO com atividades de gerenciamento de obra não previstas no “Quadro de Usos e Fontes”, Anexo I a este CONTRATO;
- (xxxv) Manter à disposição da CAIXA registros do movimento diário da operação do SISTEMA RODOVIÁRIO, que possam ser confrontados com o resultado da contagem física;



## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

- (xxxvi) Cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as DISPOSIÇÕES DO BNDES e as NORMAS REGULADORAS DO PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS - POC, disponíveis no seguinte endereço eletrônico: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Ferramentas\\_e\\_Normas/Roteiros\\_e\\_Manuais/disaplic.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Roteiros_e_Manuais/disaplic.html), bem como do CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO, cujo conteúdo, neste ato, a BENEFICIÁRIA declara ter conhecimento e o aceita como parte integrante e inseparável deste CONTRATO, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- (xxxvii) Responsabilizar-se pela funcionalidade do PROJETO;
- (xxxviii) Afixar e manter, em local visível, placa de identificação do PROJETO, conforme modelo definido pela CAIXA e pelo BNDES;
- (xxxix) Manter vigentes as procurações outorgadas à CAIXA nos termos do CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS e do CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES, sendo que as referidas procurações deverão ser renovadas, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes de seu vencimento até o pagamento e a liberação integral das OBRIGAÇÕES GARANTIDAS.

Em Outubro de 2014 foi realizado aditamento ao contrato de Financiamento FINISA que entre si celebram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A., destinado ao financiamento de plano de investimento - FINISA, com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio LTDA., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. - Túneis, Terraplanagens e Pavimentações., onde os juros calculados dos meses de outubro/novembro/dezembro de 2014 e janeiro/fevereiro de 2015 foram embutidos ao saldo devedor, não havendo cobrança de débitos no respectivo período.

Nesse mesmo contrato (FINISA), houve um novo aditamento em dezembro de 2014, onde foi realizada uma captação de R\$ 185.000.000,00, sendo liberado parcialmente em 22 de dezembro a quantia de R\$ 107.530.559,55 e em 05 de Fevereiro de 2015 a quantia de 71.919.440,45.

Em 30 de junho de 2015 os covenants estão sendo cumpridos de acordo com o contrato.

### 13. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores nacionais diversos	143.809	126.472
Seguros a pagar	5.021	565
Ônus variável a pagar	223	242
Outras contas a pagar	1.273	588
	<u>150.326</u>	<u>127.867</u>

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 23.

#### 14. Obrigações fiscais

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
COFINS	1.948	4.032
PIS	442	874
ISS	18.760	15.869
IRRF	143	97
CSSL	31	32
Parcelamento federal	1.377	1.470
Parcelamento municipal	3.251	-
Outros	6	5
	<u>25.958</u>	<u>22.379</u>
Curto prazo	<u>22.315</u>	<u>21.213</u>
Longo prazo	<u>3.643</u>	<u>1.166</u>

#### 15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Contrato de Concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.

A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro nº 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

Em 30 de junho de 2015, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 36.407 e está demonstrado a seguir:

	01/01/14	Adição	31/12/2014	Adição	30/06/15
Provisão para manutenção - circulante	4.286	(2.163)	2.123	1.393	3.516
AVP - provisão para manutenção - circulante	(78)	35	(43)	42	(1)
	<u>4.208</u>	<u>(2.128)</u>	<u>2.080</u>	<u>1.435</u>	<u>3.515</u>
Provisão para manutenção - não circulante	23.637	9.529	33.166	5.657	38.823
AVP - provisão para manutenção - não circulante	(4.918)	(340)	(5.258)	(673)	(5.931)
	<u>18.719</u>	<u>9.180</u>	<u>27.908</u>	<u>4.984</u>	<u>32.892</u>
	<u>22.927</u>	<u>7.061</u>	<u>29.988</u>	<u>6.419</u>	<u>36.407</u>

#### 16. Provisão para contingência

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível e trabalhista cuja provisão foi constituída no valor de R\$ 3.072. Já para os processos identificados, como de perdas possíveis, no montante de R\$ 10.263, a Administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão.

#### Processos Administrativos - ARTESP

No curso normal de suas operações a Companhia mantém algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011 emitiu diversas Notificações de Infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da ARTESP. Assim, encontram-se em discussão na ARTESP Notificações de Infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias, as quais totalizavam o valor de R\$ 59.293. A Companhia e seus Assessores Jurídicos entendem que a possibilidade de perdas é remota.

#### 17. Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 1.439.261 (em 31 de dezembro de 2014, R\$ 1.409.261) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 716.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2014, era representado por 1.415.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

	Participação %
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	95%
Toniolo, Busnello S.A.	5%
	<u>100%</u>

## **CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)**

---

Em 28 de junho de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A.

Em 28 de dezembro de 2012, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações.

Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R\$ 11.035.

Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações.

Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações.

Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações.

#### **Ações ordinárias**

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

#### **Ações preferenciais**

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

#### **Reserva de lucros**

#### **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos Termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

#### Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

#### 18. Receitas

	30/06/2015	30/06/2014
Pedágio em numerário	23.176	20.690
Pedágio por equipamentos eletrônicos	62.071	54.961
Vale pedágio	4.098	3.666
Pedágio em cupons	1.470	1.373
Receita de construção (a)	161.788	540.153
Receitas acessórias (b)	1.524	988
Deduções de receita	(8.000)	(6.840)
	<u>246.127</u>	<u>614.991</u>

- (a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;
- (b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

#### 19. Gastos por natureza

	30/06/2015			30/06/2014		
	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas administrativas e gerais	Total
Pessoal	(11.285)	(1.812)	(13.097)	(7.183)	(1.616)	(8.799)
Provisão para manutenção (b)	(7.050)	-	(7.050)	(1.404)	-	(1.404)
Custo de construção (a)	(161.788)	-	(161.788)	(540.153)	-	(540.153)
Serviços de terceiros	(11.269)	(4.355)	(15.624)	(8.511)	(2.510)	(11.021)
Materiais/equipamentos/ veículos	(11.164)	(368)	(11.532)	(2.112)	(299)	(2.411)
Poder concedente (c)	(1.385)	-	(1.385)	(1.225)	-	(1.225)
Depreciação e amortização (d)	(6.146)	(120)	(6.266)	(6.082)	(86)	(6.168)
Provisão de contingência	-	(2.369)	(2.369)	-	-	-
Outros	(8.372)	(7.854)	(16.226)	(5.692)	(727)	(6.419)
	<u>(218.459)</u>	<u>(16.878)</u>	<u>(235.337)</u>	<u>(572.362)</u>	<u>(5.238)</u>	<u>(577.600)</u>

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da ARTESP;
- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;
- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

## 20. Resultado financeiro

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	3.372	688
Descontos obtidos	343	801
Juros ativos	642	23
AVP - provisão para manutenção	631	151
Outras	610	-
	<u>5.598</u>	<u>1.663</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
IOF sobre operações financeiras	(11.068)	(346)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(120.009)	(85.511)
Despesa bancárias	(78)	(46)
Despesa de comissões bancárias	(310)	(86)
Outras	(2.900)	(425)
	<u>(134.365)</u>	<u>(86.414)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(128.767)</u>	<u>(84.751)</u>

## 21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Tipo de seguro</u>	<u>30/06/2015</u>
Riscos operacionais	Riscos operacionais	5.294.590
Riscos de engenharia	Riscos de engenharia	1.374.325
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	129.408
Seguro garantia	Seguro garantia de funções de ampliação	163.252
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	76.501
		<u>7.038.076</u>

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

## **22. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão**

### **Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

### **Compromissos relativos às concessões**

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 30 de junho de 2015 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

## **23. Instrumentos financeiros**

### **Gerenciamento dos riscos financeiros**

#### **Visão geral**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

#### Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	64.190	50.379
Contas a receber de clientes	19.255	21.085
Outros recebíveis	108	107
	<u>83.553</u>	<u>71.571</u>

#### Contas a receber e outros recebíveis

O valor das contas a receber de clientes é originário da arrecadação nas praças de pedágio, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda a forma de arrecadação que não seja papel moeda.



## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

Praticamente todos os clientes da Companhia vêm operando com a Companhia por, aproximadamente, 1 ano, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes.

#### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 64.190, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

#### Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia sobre seus passivos financeiros estão descritas na Nota Explicativa nº 12.

#### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes da Nota Explicativa nº 12.

	Valor contábil	Até 12 meses	1-11 anos
<b>31 de dezembro de 2014</b>			
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	2.172.194	23.499	2.148.695
	<u>2.172.194</u>	<u>23.499</u>	<u>2.148.695</u>
<b>30 de junho de 2015</b>			
Passivos financeiros não derivativos			
Empréstimos e financiamentos	2.360.790	160.395	2.200.395
	<u>2.360.790</u>	<u>160.395</u>	<u>2.200.395</u>

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

---

#### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços do serviço de passagem, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelo perfil do risco da atividade de concessão a Companhia não possui operações de derivativos.

#### Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), não existindo operações derivativas no intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido à principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

#### Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	30/06/2015	31/12/2014
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos financeiros</b>		
Aplicações financeiras	62.994	48.836
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Ativos financeiros</b>		
Aplicações financeiras	-	-
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos	(2.360.790)	(2.172.194)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

## CONCESSIONÁRIA SPMAR S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2015 (Em milhares Reais)

#### Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Uma elevação de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros ou redução de 25 e 50 pontos base nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir:

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição
<b>30 de junho de 2015</b>		
Aplicações de taxa variável	843	(674)
Empréstimos de taxa variável	(30.002)	24.002
<b>Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)</b>	<b>(29.159)</b>	<b>23.328</b>

	Resultado do exercício e patrimônio líquido	
	50 pb aumento	50 pb diminuição
<b>30 de junho de 2015</b>		
Aplicações de taxa variável	1.686	(1.124)
Empréstimos de taxa variável	(60.005)	40.003
<b>Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)</b>	<b>(58.319)</b>	<b>38.879</b>

#### Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<b>30/06/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Total do passivo	2.665.038	2.408.836
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(64.190)	(50.379)
<b>Dívida líquida (A)</b>	<b>2.600.848</b>	<b>2.358.457</b>
<b>Total do patrimônio líquido (B)</b>	<b>1.192.056</b>	<b>1.255.125</b>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 30 de junho (A/B)	2,18	1,88

### Valor justo *versus* valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizadas pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

- **Aplicações financeiras:** são definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.

As debêntures estão classificadas como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

### Hierarquia de valor justo

Os ativos avaliados por valor justo são representados, na Companhia, somente pelas aplicações financeiras. O seu valor justo se equipara substancialmente aos valores contábeis apresentados nos balanços de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, devido ao fato de estarem avaliados pelo nível 2.